

# CLASSES SOCIAIS, IDENTIDADE E RECONHECIMENTO: CRÍTICAS BOURDIEUSIANAS A CHARLES TAYLOR

*Nicole Louise Macedo Teles de Pontes<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho analisa o conceito de classes sociais, a partir de uma perspectiva teórica da produção de identidades e coletividades e do papel do sujeito social em obras seminais de Pierre Bourdieu e de Charles Taylor. Em ambos os autores, o conceito de classes sociais aparece atrelado a uma ideia central de sujeito, que perpassa o campo da ação política, definindo temporal e espacialmente as possibilidades objetivas da ação subjetiva. Buscando um diálogo crítico entre esses dois autores, observa-se como o projeto de revisão do conceito de classe social, proposto por Bourdieu, está inscrito num projeto crítico de reconhecimento tanto na sua vertente econômica como sócio-cultural.

**Palavras-chave:** Classe Social. Reconhecimento. Pierre Bourdieu. Charles Taylor.

## SOCIAL CLASS, IDENTITY AND RECOGNITION: A BOURDIEUSIAN CRITIQUE OF CHARLES TAYLOR

### ABSTRACT

The present paper will analyze the concept of social class from a theoretical perspective of the production of identities and communities and the role of the social subject within seminal works of Pierre Bourdieu and Charles Taylor. In both authors, the concept of social class appears connected to a central idea of subject that pervades the field of political action, defining temporally and spatially the objective possibilities of subjective action. Seeking a critical dialogue between these two authors, it is observed

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação Em Sociologia da Universidade Federal de Paraíba, Brasil. kikole@gmail.com

how the revision project of the concept of social class proposed by Bourdieu is engraved in a critical project of recognition both in its economic and socio-cultural realms.

**Keywords:** Social Class. Recognition. Pierre Bourdieu. Charles Taylor.

## INTRODUÇÃO

A crise do conceito de classe social como peça chave para a mudança estrutural, no que diz respeito às desigualdades produzidas pelo capitalismo na contemporaneidade, dá lugar a um entrave tanto nas esferas da economia política quanto social e da cultura. Essa problemática vem sendo abordada a partir da necessidade de reestruturar o conceito de classe, para dar conta das mudanças tanto no que diz respeito aos novos padrões de produção, incluindo o trabalho imaterial, quanto para incluir suas conseqüências no âmbito sócio-cultural, sejam elas decorrentes das novas formas de associação, com a formação de grupos mais diferenciados em termos de gênero, raça, etnicidade ou em termos de padrões de consumo cultural.

Nesse contexto, as lutas pela igualdade e pelo direito de expressão da diferença surgem como dois lados fundamentais para a solução de um mesmo problema, qual seja o contínuo processo de exclusão de indivíduos e grupos das esferas institucionais, oficiais e públicas, mas também das esferas de consumo e produção cultural que se impõem perante a emergência desse novo modelo de classe social. Na busca para remediar tais problemas, as concepções de reconhecimento e redistribuição têm papel central nas discussões teóricas e práticas tanto para a sociologia, quanto para a ciência política, a filosofia e as áreas conectadas às políticas públicas e ao gerenciamento governamental.

À problemática da redistribuição, como forma de arrefecer os processos de exclusão social, parece essencial adicionar uma reelaboração da noção de classe social mais adequada aos processos contemporâneos de produção, que incluam não apenas sua definição marxista clássica regida pelo monopólio dos bens de produção e da força de trabalho como base para a estratificação social. Essa revisão da noção de classe social também deve incluir um novo conceito de trabalho, que inclua não apenas a forma clássica do trabalho como produtor de mais valia, mas também uma ideia de trabalho imaterial que não se presta à mensuração tradicional da mais valia de acordo com o tempo de trabalho gasto. Essas novas abordagens incluem, portanto novas relações de trabalho que buscam dar conta da flexibilização das jornadas, da mudança no status do trabalho intelectual e de outras transformações

essenciais na produção do capitalismo atual, mudando também as formas de associação e formação de grupos humanos, dando à ideia de classe social uma maior flexibilidade para incluir aspectos também culturais em sua definição e no seu papel enquanto categoria analítica nos processos de estratificação.

No que diz respeito ao processo de produção e reprodução da desigualdade no mundo contemporâneo, vale salientar que a produção e acesso aos bens culturais (sejam eles bens de consumo, ideias etc.) aparecem lado a lado como formas de classificação e diferenciação, tendo atualmente tanta ou mais influência quanto processos mais tradicionais, eminentemente econômicos. Essas diferenças corroboram não somente as diferenças econômicas clássicas, como geram em si novas formas de exclusão que não necessariamente dizem respeito ao problema da distribuição de renda. É na tentativa de remediar essas novas formas de exclusão que a busca pelo reconhecimento, como projeto de produção de inclusão das diferenças e garantia de acesso e distribuição de bens culturais (incluindo aí, segundo alguns autores, valores morais como o respeito) entra em cena.

Assim, como parte desse amplo processo de reformulação do conceito de classe social, no contexto da exclusão social e da introdução do projeto de reconhecimento como preceito básico de justiça social, que inclui assim o direito garantido de sobrevivência de identidades (individuais e coletivas) diversas, é que iremos discutir as contribuições de Charles Taylor e Pierre Bourdieu para esse debate.

Primeiramente, irei discutir como a partir do conceito de identidade, baseado na teoria subjetivista de GH Mead, entre outros, Charles Taylor trata do problema do reconhecimento como remédio para a exclusão social. Essa visita ao conceito de identidade tayloriano trás à tona elementos relacionados ao problema da reflexividade e da autenticidade, que mais tarde irá informar uma discussão crítica acerca da necessidade do próprio conceito de identidade e sua relação com aspectos da formação de grupos e da centralidade da classe como elemento fundamental no processo de transformação estrutural, proposto por Pierre Bourdieu.

Seguindo esta indicação, formularei de maneira concisa os elementos centrais acerca do processo de formação das classes sociais em Bourdieu, explorando, especialmente, como estas também estão relacionadas a uma ideia da centralidade do reconhecimento, ainda que de forma diversa e não subjetivista, e sua influência nas práticas sociais de inclusão e exclusão.

Concluirei então buscando um diálogo crítico a partir da perspectiva desses dois autores como forma de indicar alguns caminhos a serem explorados na

discussão sobre exclusão, desigualdade e mudança social na contemporaneidade. Chamarei a atenção para como o projeto de revisão do conceito de classe social proposto por Bourdieu está inscrito também num projeto de reconhecimento e inclusão, que não depende de uma conscientização subjetiva de indivíduos ultra-reflexivos, e também não joga com a duplicidade problemática do conceito de autenticidade, mas faz uso de um processo de transformação das categorias de classificação reproduzidas por grupos dominantes, tanto na sua vertente econômica quanto sócio-cultural.

## **O PAPEL DA IDENTIDADE NA LUTA POR RECONHECIMENTO EM TAYLOR**

Em seu “A política do reconhecimento”, bem como em diversos outros trabalhos relacionados ao processo de formação do self e da identidade (TAYLOR, 1997), no nível tanto coletivo quanto individual, e sua importância tanto em termos políticos quanto filosóficos, Charles Taylor (1998, p. 45) indica o problema do reconhecimento como fundamental no processo de reestruturação das desigualdades estabelecidas no mundo contemporâneo. Neste, o reconhecimento como elemento fundamental na promoção da justiça social ocupa lugar central na construção da identidade, definida de forma ampla como “a maneira como uma pessoa se define, como é que suas características fazem dela um ser humano” (TAYLOR, 1998, p. 45).

Além disso, nesse processo de construção da identidade, Taylor apresenta sua noção de agente social como locus de sua importância, a partir da distinção entre seres humanos e outros animais, dada especialmente por sua capacidade de distinguir desejos de primeira e segunda ordem. Tais desejos estão relacionados, respectivamente, à capacidade dos agentes avaliá-los de forma fraca ou forte, no que diz respeito, para o primeiro, ao foco nos resultados da ação e, para o segundo, ao foco nas motivações e valores fazendo uso, portanto de uma ideia do bom. De acordo com Souza (2000, p. 137), “Taylor está interessado, antes de tudo, no componente avaliativo da constituição da identidade humana, na medida em que a auto-interpretação dos sujeitos passa a ser percebida como momento inerente à sua construção”. É esse processo que vai garantir a Taylor uma abordagem renovada da formação da identidade social que irá dar conta, ao mesmo tempo, de aspectos tanto individuais quanto coletivos da sua construção, e que dará fôlego reforçado à centralidade do reconhecimento como realização do eu autêntico na formação das individualidades e coletividades.

A identidade é ainda vista como ponto central também porque define a forma como agentes sociais, tanto em nível coletivo como individual, estão investidos num processo de formação e transformação do seu *self* e de como o mesmo pode ser influenciado por aspectos externos, o que leva à sua modificação ou distorção.

Assim, a construção das identidades está diretamente ligada não só aos processos subjetivos de formação do eu, relacionados diretamente à capacidade de avaliar e classificar desejos, mas também aos processos coletivos de reconhecimento e reciprocidade necessários à formação da identidade coletiva. Assim, temos que o reconhecimento requer centralidade em relação a processos identitários, pois pode garantir a fruição de identidades individuais e coletivas e acesso a recursos que possibilitem uma participação efetiva e igualitária desses indivíduos na sociedade.

Para compreender melhor o processo de formação da identidade, Taylor lança mão não somente de aspectos presentes na filosofia hegeliana, especialmente a centralidade do conceito de reconhecimento e aspectos essenciais da transformação histórico-filosófica desse processo. Relaciona estes aspectos a componentes morais e normativos presentes nas categorias de respeito e igualdade, fundamentais para a compreensão contemporânea do universalismo dos direitos e da igualdade. Taylor também lança mão de elementos da obra de George Herbert Mead, acerca da formação do self identitário, suas bases individuais e coletivas, e o papel do outro significativo, que surge como âncora social do processo de formação de um self autêntico.

No que diz respeito às modificações históricas em relação à identidade como resultante de um processo contínuo de reconhecimento e não reconhecimento, temos também que essa noção de identidade se ratifica na contemporaneidade, através de uma lógica da autenticidade que fortifica a noção do autoconhecimento, como forma reflexiva de reconhecimento pelo sujeito de seu lugar e valor no mundo. Esta se encontra pautada, também, num sentido moral em que o bem e a boa vida são alcançados através da “recuperação de um contrato moral consigo mesmo” (TAYLOR, 1998, p. 49). Esse sentido de autenticidade carrega consigo uma noção de reflexividade e de identidade individual, ou original, como proposta por Taylor, que denota não apenas um subjetivismo acirrado, no sentido metodológico, mas também atesta a importância do reconhecimento da individualidade e da diferença como essenciais para seu projeto mais geral de justiça social. A busca por essa individualidade, que não pode se confundir com individualismo, deve, portanto pautar a luta pelo reconhecimento e sua conseqüente construção de diversidade num contexto político mais amplo.

Esse recurso a uma identidade original e a uma autenticidade, que dão espaço à diferença, aparece também como forma de mudar a ênfase do processo de diferenciação de uma base de estratificação economicista, baseada na classificação distributiva e nas posições sociais decorrentes dela, para uma ênfase na diferenciação, baseada na auto-afirmação e na interação das coletividades identitárias, ou seja, baseada mais em elementos morais e culturais que econômicos. No entanto, a hierarquização desse sentido moral, que é fruto justamente da capacidade de julgamento de desejos de primeira e segunda ordem, corre o risco de perder essa capacidade explicativa de suas fontes morais, tornando-se vazia de significados. Levando assim, a uma perda desse seu sentido original e autêntico.

Tem-se, a partir daí, que a construção de uma conceito de sujeito reflexivo, conhecedor de si mesmo e responsável por suas escolhas (ainda que não de forma objetivamente calculista, mas mesmo assim consciente) é fundamental para toda a discussão do reconhecimento e formação da identidade em Taylor. Isso não significa dizer que este mesmo sujeito está necessariamente atrelado apenas a interesses individuais por enxergar em sua identidade original seu direito ao reconhecimento.

Para Taylor, seguindo de perto elementos da construção do self proposta por Mead, a formação da identidade subjetiva, na prática, não é, ela mesma, um ato individual e isolado. A presença dos outros - significantes é fundamental para nos informar as categorias a partir das quais acessar inclusive nosso próprio self e adequá-lo ao mundo social. No entanto, mantendo em mente a necessidade de afirmar a independência desse sujeito, Taylor defende que “precisamos das relações para nos realizar, mas não para nos definirmos” (TAYLOR, 1998, p. 53).

Baseado nessa diferença entre a realização como proveniente do self coletivo, categorizado em outras obras como self histórico, variando de acordo com suas relações com os outros – significativos; e a definição como fruto da autenticidade do self individual, ontológico e invariante no tempo-espço, tem-se, portanto, que a base do reconhecimento está localizada na relação entre a capacidade reflexiva e de autoconhecimento do sujeito social e suas conexões com o contexto no qual está inserido. Taylor afirma que não podemos escapar dessa relação dialógica na formação da identidade, mas que, ainda assim, podemos travar esse diálogo de forma reflexiva, em nós mesmos. Porém, em outro momento, afirma também que as negociações identitárias têm lugar também no espaço coletivo, de negociação aberta na que a identidade é vista como ambiente

no qual nossas escolhas e gostos passam a fazer sentido, ou, de forma negativa, passam a ser distorcidas, não reconhecidas.

É essa luta travada entre a possibilidade ou não do reconhecimento da identidade nesse espaço coletivo que se constitui, para Taylor, como essencial nos processos de luta política, mas, sempre levando em consideração que o reconhecimento da identidade individual também deve ser preconizado através das ideias acerca do lugar das diferenças no mundo contemporâneo. No entanto, ele parece não formular como, nesse espaço das coletividades, essas identidades individuais se articulam num nível coletivo para a formação de grupos identitários (SOUZA, 2000, p. 149). Que interesses e mecanismos regulam sua organização?

Por fim, Taylor parte então para uma resignificação desse processo de reconhecimento para a formação da identidade, apontando dois aspectos fundamentais da luta por reconhecimento, quais sejam a igualdade e dignidade, preconizadas então pela universalidade do valor e o direito à diferença, no qual as culturas evoluídas devem todas ter seu lugar. Cabe então a nós decidirmos que parâmetros devem ser utilizados para definir esses lugares, e de que forma o conhecimento e reconhecimento das diferenças podem ser garantidos numa sociedade inclusiva e, ainda assim, diferente. Taylor aponta na direção de um projeto comum, de reconhecimento da diversidade e de valores distintos num espectro de inclusão, não necessariamente de igualdade.

É na busca de compreensão acerca da formação desses valores, na possibilidade de explicitar o que seria esse projeto comum, e na capacidade de organização dos grupos que visitamos Pierre Bourdieu e sua re-leitura do conceito de classes sociais como forma de agrupamento social, e também como fruto teórico desse processo de engajamento dos indivíduos nas lutas simbólicas por reconhecimento e mudança social que permeiam o mundo contemporâneo.

## **CLASSE SOCIAL E RECONHECIMENTO EM PIERRE BOURDIEU**

Na teoria relacional da formação dos grupos sociais, e mais especificamente na sua releitura sobre a formação e reprodução das classes sociais (WACQUANT, 2007), Pierre Bourdieu não expressa diretamente uma opinião sobre o reconhecimento como forma de luta política por justiça social. No entanto, podemos encontrar em aspectos relevantes das definições de classe e do papel dos atores sociais na formação das mesmas (BOURDIEU, 1997, p. 24), que o reconhecimento tem lugar relevante nesta discussão, a partir de elementos que

levam em consideração o caráter prático da interação e da classificação dos atores em posições específicas no espaço social como um todo e em campos sociais específicos. A partir dessa reformulação do conceito de classes sociais e das políticas de formação de grupos é que Bourdieu chega, portanto, a uma teoria que dá conta tanto da produção da desigualdade e da heterogeneidade, quanto da necessidade do reconhecimento das diferenças para a reestruturação da ordem opressiva do mundo contemporâneo (WACQUANT, 2007).

Para Bourdieu, a realidade social é definida não pela existência de indivíduos ou sujeitos, no sentido analítico de sujeito reflexivo, ou pela presença de classes e grupos formados a partir da agregação destes, mas pelos laços materiais e simbólicos que dão sentido ao mundo vivido. São esses laços que definem de duas maneiras as bases de sua teoria: como esquemas de percepção incorporados pelos agentes; e na forma de posições objetivas, construídas relacionalmente, e ocupadas por indivíduos em dados momentos no espaço social (BOURDIEU, 1997, p. 27). Essas posições objetivas são fruto da distribuição de capitais (simbólico, econômico, social etc.), de sua aquisição, manutenção ou conversão simbólica, que ocorre quando categorias de percepção derivadas de um determinado campo social são simbolicamente convertidas (por desconhecimento das regras de um campo, por estratégias de grupos de interesse, por acidente etc.) e ativadas em um campo distinto. É a aquisição desses capitais, sua circulação e capacidade de conversão, presentes na forma incorporada como *habitus*, que dá aos atores a oportunidade de se engajar nesse embate pela inclusão e reconhecimento (BOURDIEU, 1997, p. 170).

Fazendo uso desses elementos essenciais, Bourdieu (1997, p. 26) constrói uma noção de classe a partir do pressuposto da centralidade da “luta”, do embate e não dos processos de reprodução que tomam lugar nesse espaço. A classe, como forma de agrupamento, é o lugar de posicionamento do agente na luta constante pela manutenção de capitais e suas conversões. Podemos afirmar então que o conceito de classe aparece não como realidade objetiva, mas como *vir-a-ser (classe no papel)*, construído a partir de categorias explicativas que definem uma tipologia ideal, a partir da qual podemos definir posições prováveis a serem ocupadas e ativadas pelos atores sociais dentro de uma lógica da luta por sentido e reconhecimento, por uma busca de oportunidades de estar investido no jogo e definir ou subverter suas regras.

Os embates nos quais os atores estão engajados estão distribuídos em três níveis que variam de acordo com sua abrangência e força, quais sejam a vida



cotidiana, em que aspectos corriqueiros das relações humanas são debatidos; os campos especializados das instituições, nos quais o processo de nomeação e as categorias de organização do mundo são definidos; e, no topo, o espaço público, no qual as instâncias decisórias e de poder estão envolvidas e põem em prática um ordenamento estabelecido pelas estruturas institucionais (WACQUANT, 2007). Nesses diferentes níveis de circulação serão definidos os capitais a serem considerados mais valiosos, que regras específicas de campos sociais dominarão o espaço social e que categorias de classificação serão utilizadas na definição de grupos identitários legítimos, através da nomeação e ritos institucionais.

Ainda no espaço relacional formado por estes três níveis, temos que o processo de formação das classes sociais em Bourdieu, como um dos exemplos possíveis de agrupamentos sociais, tem como fundamento a ordenação de atores a partir da congregação de capital não somente econômico, mas cultural, social e simbólico, e que só pode ser ativada pelo reconhecimento e pela luta por interesses definidos por traços desses capitais, sedimentados em seus *habitus* na forma de categorias de expressão e percepção. É através desse *habitus* e seus elementos sedimentados a partir de campos distintos, compartilhados com todos aqueles que fazem parte do mesmo campo num determinado momento, que os interesses comuns podem ser forjados e reconhecidos, gerando assim a possibilidade de formação de grupos de interesses e classes.

Essa ruptura com formas tradicionais da concepção de classe social, mais expressamente a ruptura com o marxismo, traz a tona novas possibilidades na compreensão da aquisição de conhecimento, poder, status etc. como forma de distinção, no sentido de diferenciação dos atores no espaço social.

Nesse processo de distinção, demonstrado de forma prática em um de seus livros mais influentes, onde a definição de categorias de percepção e sua incorporação geram diferenciação e, a depender da situação de sua produção e distribuição, também desigualdade e opressão, as classes sociais são ‘ativadas’ a partir de processos de reconhecimento e não reconhecimento, por sua vez frutos das relações harmoniosas ou desarmoniosas entre um *habitus* incorporado e o campo social no qual a disputa toma lugar.

O processo de reconhecimento parece fundamental porque define, no cerne do jogo, o estabelecimento de práticas aceitáveis de interação, ou seja, define as regras do jogo no sentido de categorizar quais os elementos de um *habitus* incorporado podem ser ativados numa interação, e que expectativas devem ser levadas em consideração com relação aos resultados dessa incorporação. Os atores

sociais dependem, portanto, desse processo de reconhecimento para atingir um nível de integração no jogo social, a partir do qual podem definir suas posições específicas em relação aos demais indivíduos.

Dessa maneira, a definição de reconhecimento que pode ser derivada do processo de formação de grupos, em especial da classe social como definida por Bourdieu, é central no processo não de solidificação da estratificação baseada em classes sociais especificamente, mas na problematização de elementos relacionais intra-grupos, quer sejam eles classes sociais ou grupos identitários.

Bourdieu parece ainda negar peremptoriamente a dicotomização das classes como classe dominante e classe dominada, posto que a inclusão não apenas da ideia de reconhecimento ou não reconhecimento, como a formação de grupos em si é definida na e pela prática – incluindo indivíduos que não necessariamente compartilham todos os elementos de seu habitus – alegando, ademais, que esse binômio reproduz apenas uma falácia teórica defendida para minar a possibilidade de mudança não apenas da estrutura de dominação do espaço social, mas das categorias de classificação impostas, elas mesmas, por tais estruturas.

Podemos afirmar, finalmente, que a concepção Bourdieusiana de classe pode, portanto, ser considerada referência importante na compreensão dos elementos formativos do processo de reconhecimento na luta por justiça social, se levarmos em consideração os elementos fundamentais de sua ruptura com formas tradicionais de conceitualizá-la. Ela pode ainda indicar como aspectos importantes do processo de formação de grupos são mais fundamentais para o reconhecimento como forma de subversão de estruturas de dominação, do que uma análise moral que se baseia em processos de formação da identidade em sua vertente subjetivista dando ênfase a autenticidade como valor intrínseco.

Passemos, portanto a uma breve discussão crítica acerca dos conceitos de autenticidade, identidade e classe em Taylor e Bourdieu, levando em consideração o que o último tem a adicionar para a melhor compreensão desses elementos no processo de luta pelo reconhecimento.

## **UM DIÁLOGO CRÍTICO ENTRE BOURDIEU E TAYLOR**

A primeira vista, podemos afirmar que existem sim, afinidades no tratamento da ideia de identidade e de classes sociais levadas a cabo por Taylor e Bourdieu, respectivamente. Ambos apresentam uma leitura em certo sentido radical da necessidade de reformulação das estruturas tanto cognitivas e perceptivas, quanto objetivas do processo de reprodução das desigualdades.

Os autores possuem ainda uma visão aproximada da importância fundamental do processo de gênese histórica das ideias nessa transformação, bem como alguns elementos comuns no que diz respeito à relacionalidade necessária ao processo de reconhecimento.

Numa análise mais crítica, começo a discutir as diferenças encontradas em ambos os autores a partir da concepção de autenticidade, encontrada na obra de Taylor, que diz respeito, como vimos acima, a um processo no qual a busca dessa autenticidade do eu é tida como parte essencial na formação de uma identidade original, necessária, ela mesma, para a formação da identidade coletiva e que está baseada na avaliação dos desejos em níveis distintos por parte desses atores.

Essa distinção, entre avaliação forte e fraca dos desejos, entre a contingência da vida cotidiana e o bom, em sua profundidade moral, aparece como justificativa para a distinção posterior dos níveis de reflexividade presentes na formulação da identidade coletiva e individual. No entanto, em termos bourdieusianos, essa distinção é, a bem da verdade, um aspecto central da formação do habitus, naquilo que diz respeito à incorporação tanto de processos triviais de adequação da vida cotidiana, quanto daquilo que é considerado moralmente bom. Por sua vez, ambos são relevantes tanto nos processos interativos de manutenção dóxica, como no reordenamento estrutural do espaço de ações possíveis. Como consequência, essa capacidade de distinção moral que define ontologicamente o sujeito em Taylor, é ela mesma fruto desse processo de classificação do que é bom ou trivial, fraco ou forte.

Levando em consideração a premissa Bourdieusiana da relacionalidade do processo de construção da classe como coletividade de interesse partilhado, através da correspondência de categorias cognitivas comuns presentes nos habitus dos atores envolvidos e ativadas dentro de um contexto de luta específico, podemos dizer que a inclusão de um aspecto individual, subjetivo, que se faz presente na ideia de autenticidade, defendido por Taylor, é bastante dificultada, ainda que este sujeito possua também um caráter relacional a partir dos outros significativos.

Digo dificultada porque Taylor parece também defender, ao mesmo tempo, uma capacidade de resolução interna de dilemas de identificação, que por sua vez estaria atrelada a essa noção da autenticidade-individualidade. Sua divisão dos tipos de resolução a serem levadas a cabo, dentro e fora desse sujeito cognoscente, aparece como tentativa posterior de lidar com a estruturação das categorias cognitivas, elas mesmas relacionadas a esse processo interno de resolução de problemas e definição dos princípios morais dos quais faz parte, segundo Bourdieu.

Dito de outra forma, o sujeito na concepção de Taylor aparece como produto de relações interativas com o contexto de outros - significativos, mas, ao mesmo tempo, possui uma capacidade individual reflexiva produtora de autenticidade que, por sua vez, está relacionada a um processo, aparentemente, bastante semelhante à racionalização a posteriori de uma ação prática, na que a conjunção de elementos incorporados e contextuais da própria situação delimita os caminhos a serem seguidos. Portanto, ainda que reflita suas opções identitárias a partir das relações exteriores e de valores morais profundos, sua autenticidade é apenas alcançada como contingência na ação trivial, auto-reflexiva e individual, baseada num processo no qual o resultado da ação, e não aquilo que é bom, é seu ponto de chegada. Como defender, então, essa necessidade da autenticidade para o projeto do reconhecimento? Eis o problema.

Conseqüentemente, a noção de autenticidade parece não possuir sentido prático no que diz respeito às relações coletivas de negociação de estratégias de ação, já que ela parece requerer tanto uma quebra cognitiva no tempo, como a negação de um sentido moral para a ação. Um eu autêntico se oporia assim a um eu inautêntico, da vida pública, este ligado a aspectos interativos e dependentes da interação com outros seres, provavelmente também inautênticos. Não seria isso uma forma de cinismo social? Para Bourdieu, sim, já que na prática, o ator social está investido no jogo de forma incondicional, sua própria condição de existência estando também em jogo nesses embates.

Um desdobramento crucial deste problema para o projeto de construção de uma coletividade, seja ela uma classe ou um grupo identitário, é também como definir estes indivíduos, que não representam nesse espaço coletivo seu eu autêntico. Poderiam eles coletivamente constituir um grupo de interesses comuns num processo de reconhecimento? Poderiam, portanto, no sentido tayloriano, reconhecer uns aos outros como autênticos e efetivamente constituir-se em grupo identitário?

Taylor se refere à construção de um projeto comum para alcançar tal objetivo, mas lança mão de valores morais como base para que isso aconteça. No entanto, deixa de levar em consideração o próprio caráter opressivo e controlador desses valores morais, especialmente quando consideramos, como o faz Bourdieu (1997), que as negociações acerca de tais valores estão elas mesmas inseridas numa disputa de poder. Disputa essa na que, no mais das vezes, os grupos já em desvantagem não tem nem a oportunidade de tomar parte. Assim, a conjectura Tayloriana acerca desses processos parece, no mínimo, descuidada, senão ingênua.

A possibilidade proposta por Bourdieu para a subversão desse processo estrutural passa não apenas pela possibilidade real da formação de grupos de interesse (sejam eles em prol do reconhecimento de sua identidade, da subversão da opressão econômica, da mudança de parâmetros legais numa disputa jurídica etc.), através da inter-relação entre elementos comuns tanto no nível dos habitus quanto no nível da relação de ambivalência constante entre habitus e campos distintos – onde a capacidade de *conversão simbólica* de capitais pode gerar impasses objetivos na manutenção da ordem dada. Mas, também, pela reestruturação da ordenação de campos específicos dentro do espaço social, que pode ser gerada por mudanças localizadas num campo e, devido a sua relação de homologia com os demais, repassada aos demais campos. Penso aqui em reformas estruturais no nível de distribuição econômica, por exemplo, que teriam efeitos na reestruturação do próprio campo econômico como outros campos adjacentes. Penso também na discussão de Nancy Fraser e Axel Honneth (2003) acerca da dicotomia redistribuição/reconhecimento.

Finalmente, podemos ver como uma discussão mais aprofundada sobre a formação de grupos ou mesmo um olhar renovado sobre o conceito de classe, como inaugurada por Bourdieu (1997), parece trazer mais possibilidades de êxito no que diz respeito à compreensão de aspectos centrais para a discussão da formação da identidade e do reconhecimento.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1997.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? a political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003.
- SOUZA, Jessé. Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova*, São Paulo, n. 50, p. 133-158, 2000.
- TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. In: TAYLOR, Charles et al. *Multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. p. 45-94.
- \_\_\_\_\_. *As fontes do self: formação da identidade moderna*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1997.
- WACQUANT, Loic. On symbolic power and group making: Pierre Bourdieu's reframing of class. *Preface to Pierre Bourdieu Et klassespørsmål*. Oslo: Forlaget Manifest, 2007.